



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico
Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

ANÁLISE DO CONCEITO DE CONTEXTUALIZAÇÃO NA REESTRUTURAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO¹

Ana Queli Reis², Cátia Maria Nehring³.

¹ Pesquisa em andamento no Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências.

² Graduada em Matemática pela UNIUI/ Campus Ijuí, Discente do Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências – UNIUI – Bolsista CAPES. e-mail: anakelly.reis@gmail.com

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Educação nas Ciências – catia@unijui.edu.br

Resumo

Esse artigo é um recorte da pesquisa de mestrado que esta em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências – UNIUI, e trás uma análise sobre o conceito de contextualização, por considerar esse conceito como um dos princípios fundamentais para promover a reestruturação do currículo escolar, proposta a partir de 2009 com o “Novo ENEM”. Essa análise se detém no entendimento sobre o conceito, trabalhada na perspectiva de discursos pedagógicos discutidos segundo a teoria de Berstein e culmina no conceito de Transposição Didática defendida por Chevallard, como constituinte do currículo escolar.

Palavras Chave: Contextualização, Educação Matemática, Ensino Médio

A Educação brasileira apresenta baixos índices de acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Na busca de elevar este crescimento da educação no Brasil, criou-se em 2007 o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, uma iniciativa que pretende reunir em um só indicador dados de fluxo escolar aliados ao desempenho em avaliações públicas. O diferencial das avaliações públicas é que as questões que objetivam avaliar o desempenho dos alunos, não são trabalhadas somente a partir do conhecimento disciplinas. São avaliações que consideram competências e habilidades em questões contextualizadas e interdisciplinares.

Os objetivos do “novo ENEM” apontados pelo site do Inep estão em democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica já que servirão de ingresso em universidades públicas e privadas e a indução e reestruturação dos currículos do ensino médio. Esse último objetivo que trata as discussões deste artigo nos remete a uma série de questionamentos.

Apesar de críticas ao exame, as reformulações em suas bases referenciais são consideradas um avanço quanto aos métodos tradicionais de ensino, pois conforme Weinberg e Borsato (2009, p.78)





Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

Desde 1911, quando surgiu o primeiro vestibular no Brasil, não se via uma transformação tão radical - e ela é um avanço em pelo menos dois aspectos. O primeiro diz respeito ao conteúdo da prova. Enquanto o velho vestibular exige do aluno a memorização de uma quantidade colossal de fórmulas, datas e nomes, o novo exame procura aferir, basicamente, a capacidade de raciocínio em questões que combinam as várias áreas do conhecimento e traduzem a vida real (...). Mais complexa e abrangente do que o extinto Enem, criado pelo MEC em 1998.

Diante deste cenário, o conceito de contextualização é recomendado pelo PCN+ por considerar que propicia

[...] um aprendizado útil à vida e ao trabalho, no qual as informações, o conhecimento, as competências, as habilidades e os valores desenvolvidos sejam instrumentos reais de percepção, satisfação, interpretação, julgamento, atuação, desenvolvimento pessoal ou de aprendizado permanente, evitando tópicos cujos sentidos só possam ser compreendidos em outra etapa de escolaridade. (BRASIL, 2002, p. 04)

É possível compreender a partir dessa citação que as aprendizagens escolares precisam ser significativas e representar utilidade ao aluno. Pressuposto também para o ensino da matemática, o qual é abstrato, necessitando de processos de generalização e abstração. Considerando a necessidade de contextualização do conhecimento matemático e das reais necessidades do ensino, os PCNEM (BRASIL, 2002, p. 113) apresentam objetivos baseados em competências e habilidades. A competência da contextualização sociocultural, vista da área da Matemática, é entendida como uma necessidade do ensino estar situado na Ciência e na tecnologia, considerando a história, a cultura contemporânea, a atualidade, a ética e a cidadania.

O conhecimento da matemática nesse contexto se faz útil para que possa ser apropriado pelo educando e utilizado em diferentes circunstâncias. O aluno não pode se valer apenas de exemplos de conceitos aplicados em situações cotidianas, os alunos precisam abstrair os conceitos matemáticos a partir de realidades problematizadas, ou seja, o processo de ensino deve partir da realidade, mas necessita estabelecer um processo de generalização e abstração. Pois é finalidade da escola trabalhar com saberes científicos que passam a ser significativos para os alunos após um trabalho desenvolvido com intencionalidades e não ao acaso.

O Discurso Pedagógico é o espaço onde professores, políticas e ensino culminam em uma grande visão recontextualizadora, ou seja, cada um observa a mesma situação/conceito, etc. de diferentes maneiras. Então há um momento de recontextualização, porque segundo a Transposição Didática este saber em questão já foi desconectado da sua origem por um grupo de cientistas que não estão preocupados com a capacidade dos alunos, nem com o trabalho do professor. Mas mesmo assim, o saber precisa se encontrar novamente em uma base sólida recontextualizada, pela intervenção dos professores, desencadeando aprendizagem.

A ação docente esta imbricando aprendizagens tanto para o aluno através do ensino, como também ao professor através do ato experiencial de ensinar. Porém isso não significa que toda experiência por si só possa trazer aprendizagens significativas ao professor. O mesmo acontece com as orientações curriculares, elas não são suficientes para mudar a



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

realidade escolar somente através de sua elaboração e publicação. Conforme afirma RICARDO

[...] os PCN, os PCN+ e os PCN 2005 são importantes do ponto de vista histórico e espera-se que potencializem a discussão de uma alternativa para o ensino das ciências no Brasil. Seja pelo caminho neles propostos, seja por outro. Entretanto, apenas a elaboração e distribuição desses documentos aos professores não terão efeito algum. Espera-se que isso se dê acompanhado de políticas educacionais efetivas, que visem à garantir uma escola de qualidade a todos os alunos, essa deveria ser a grande meta a ser alcançada, mesmo ciente de que tal desafio irá encontrar obstáculos de igual magnitude. Foi por essa razão que o título desse último item é *A Terra Desconhecida*, numa alusão ao que Shakespeare chama de *Futuro* (2005, p. 246)

Em 2005, a pesquisa de Ricardo já evidenciava poucas modificações nas ações docentes após as publicações do PCNs. E mesmo com as posteriores modificações no ENEM em 2009, acredito que ainda não poderiam se consideradas como “acompanhamento de políticas educacionais efetivas” (RICARDO, 2005). Afinal de contas, ainda são inúmeras as críticas a esta avaliação, mas como ele mesmo afirma, “tal desafio irá encontrar obstáculos de igual magnitude” (Idem, p. 246)

A escola não é um mundo fechado, está sempre em constante transformação, exigindo do professor ações coerentes e refletidas para cada situação. As situações vivenciadas pelos professores precisam ser refletidas por considerar a realidade escolar como fruto da heterogeneidade social. Assim como os alunos envolvidos em cada processo são diferentes, as situações de ensino, requerem ações diferenciadas, então o trabalho cotidiano, a contextualização e a pesquisa, podem ser aportes importantíssimos para promover essa reflexão.

A escola é o ambiente do trabalho docente, neste, o professor é responsável pela organização dos tempos e espaços que propiciem suas intencionalidades enquanto educadores, a autonomia neste trabalho é garantida e voltada para os objetivos que precisam ser comuns à rede ensino.

Novamente se destaca o objetivo do ENEM em avaliar a base comum do currículo escolar garantida pela LDBEN (Lei 9394/96) em seu Art. 9º através da formação básica comum. Por considerar que todos os brasileiros independente de raça e/ou condição social tem direitos de igualdade ao acesso, permanência e qualidade do ensino público.

A escola como um espaço de aprendizagens, traz ao trabalho docente formalidades como o ensinar e o avaliar, mas o trabalho docente compreende dimensões mais amplas, que envolvem a multiplicidade, imprevisibilidade, rapidez, visibilidade, simultaneidade, interatividade e historicidade que precisam ser colaboradoras nos processos desencadeados no ambiente escolar. Essas dimensões devem propor um ensino englobando a transmissão e socialização, aprendizagem e disciplina, conteúdo cognitivo e principio pedagógico, sendo assim diferentes aspectos de uma mesma atividade.

Nessa perspectiva a contextualização de conteúdos escolares se tornam princípios colaboradores do ensino, segundo NETO na



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

[...] percepção dos professores, as principais vantagens que existem em se adotar em processo de contextualização nas escolas são: a) a facilitação do processo de ensino e aprendizagem; b) acesso à aprendizagem e conhecimentos significativos; e c) promoção de conhecimentos interligados (...) “aulas mais interessantes” e “alunos mais interessados” (...) Estes fatores, além de refletirem um aspecto emocional, são relacionados à facilitação do processo de ensino aprendizagem, já que os alunos se mostram receptivos aos conteúdos apresentados em sala. (2006, p. 95)

Novamente se destaca a contextualização a partir da exploração dos saberes situados em contextos possibilitando além do processo de ensino, a aprendizagem significativa dos conteúdos escolares. Esses apontamentos seguem ao encontro de LOPES, a qual afirma que as orientações são resultados de necessidades da atualidade.

Considerando o conhecimento matemático, esta proposta de trabalhar os seus conceitos em bases contextualizadas foi defendida após o Movimento da Matemática Moderna (MMM). Apesar das iniciativas serem da própria classe de professores em “sentir” a necessidade de mudanças, a publicação de orientações não foi suficiente para orientar e efetivar mudanças. Afinal como os professores poderiam mudar o ensino pelo qual foram educados na sua época? De que forma mudar? Mudar para fazer o que?

As políticas públicas e o próprio ENEM, trazem nas suas orientações uma série de competências e habilidades a serem desenvolvidas a partir dos conteúdos da base comum, com o objetivo de colaborar e orientar a reestruturação do currículo escolar. O ensino baseado nessas competências e habilidades é uma perspectiva de trabalho para a ação docente, que exige mobilização e apropriação de saberes problematizados em diferentes contextos.

Essa reestruturação trabalha em direção oposta ao ensino tradicional e por isso enfrenta resistências e críticas por parte dos próprios professores. A classe argumenta que a contextualização não compreende as exigências dos vestibulares, logo, o objetivo do ENEM é justamente induzir essa reestruturação no Ensino Médio. No momento que se inicia ações para “desestabilizar” os vestibulares tradicionais, elimina o único argumento que ainda perpetuaria como válido para um ensino tradicional.

Diante destas considerações, LOPES aponta algumas possibilidades no sentido de entendimento das Propostas Curriculares Oficiais

[...], como os PCNEM, podem ser interpretadas então como um híbrido de discursos curriculares produzido por processos de recontextualização (...) produção de uma proposta curricular como a dos PCNEM, são apropriados e hibridizados discursos acadêmicos, ressignificando-os de forma a atender às finalidades educacionais previstas no momento atual. (2002, p.389).

Ou seja, entende-se que as orientações são decorrentes de “finalidades educacionais previstas no momento atual” (2002, p.389), logo as políticas públicas estão valorizando o ensino contextualizado por entender que é uma necessidade da escola. O ensino tradicional não compreende as necessidades de um mundo globalizado que esta em constante avanço. Cada vez mais se exige dos cidadãos saberes que são trabalhados na escola, mas que são muitas vezes questionados pelos alunos em idade escolar, pois os mesmos não atribuem sentido a este ensino.



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

A contextualização é um recurso para o ensino do professor e posterior aprendizagem do aluno, tornando-se facilitador, mediador e significativo para os educandos, no entanto a contextualização precisa ser compreendida para que se possa efetivar na ação pedagógica.

Os professores precisam compreender que a mera aplicação e resolução de situações problemas não evidenciam a contextualização na apropriação de saberes significativos. A contextualização é um processo de saberes problematizados que possibilitam mobilizações entre diferentes contextos, abstraindo e tonando-o conceito significativo, evidenciando a função da escola de trabalhar saberes científicos.

Estes apontamentos são de extrema importância porque envolvem momentos de discussão e principalmente de reflexão por parte do professor. No momento que se tem contato com tais documentos, se produz uma interpretação, uma recontextualização decorrente das circunstâncias que envolvem o professor e suas concepções naquele momento.

Nesta perspectiva, esperamos contribuir para uma visão exploradora do conceito de contextualização e compreender que o mesmo, é compreendido de diferentes maneiras, por se tratar de discursos que envolvem a contextualização em tempos e espaços múltiplos da ação pedagógica. Mas que em momento algum o conceito da contextualização perde sua valia frente á reestruturação do currículo, principalmente por estar baseado em competências e habilidades que são propostas a partir da base comum do currículo escola.

Referências

ABREU, Rozana Gomes de. A Integração Curricular na Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. PCN+: Ensino Médio – orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. P. 1-31. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2011.

BRASIL. Inep: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/enem/news11_02.htm. Acesso 01/03/2011.

_____. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF, 1998. Parecer CEB 15/98, aprovado em 1/6/98 (Processo 23001.000309/97-46). Disponível em: <http://zinder.com.br/legislacao/dcn.htm>. Acesso em 25 de abril de 2011.

LOPER, Alíce Casimiro. Os Parâmetros Curriculares Nacionais Para o Ensino Médio e a Submissão ao Mundo Produtivo: O Caso do Conceito de Contextualização. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 386-400



Modalidade do trabalho: Relatório técnico-científico

Evento: 2011 JE - XII Jornada de Extensão

NETO, Alípio Dias dos Santos. O Processo de Contextualização nas Escolas Públicas de Ensino Médio do DF com Desempenho Acima da Média no Exame Nacional do Ensino Médio. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Brasília: 2006

RICARDO, Elio Carlos. Competências, interdisciplinaridade e contextualização: dos Parâmetros Curriculares Nacionais a uma compreensão para o ensino das Ciências. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, 2005.

WEINBERG, Mônica; BORSATO, Cíntia. A chave para a Faculdade. Veja, edição 2131, ano 42, nº 38, p. 78-80, 23 set. 2009.